

Governo e operadoras discutem propostas para organizar e regulamentar a instalação das antenas. Uma das medidas estudadas é cobrar das empresas taxas de uso e ocupação do solo quando estiverem em área pública

Mudanças nas torres de celular

ADRIANA BERNARDES

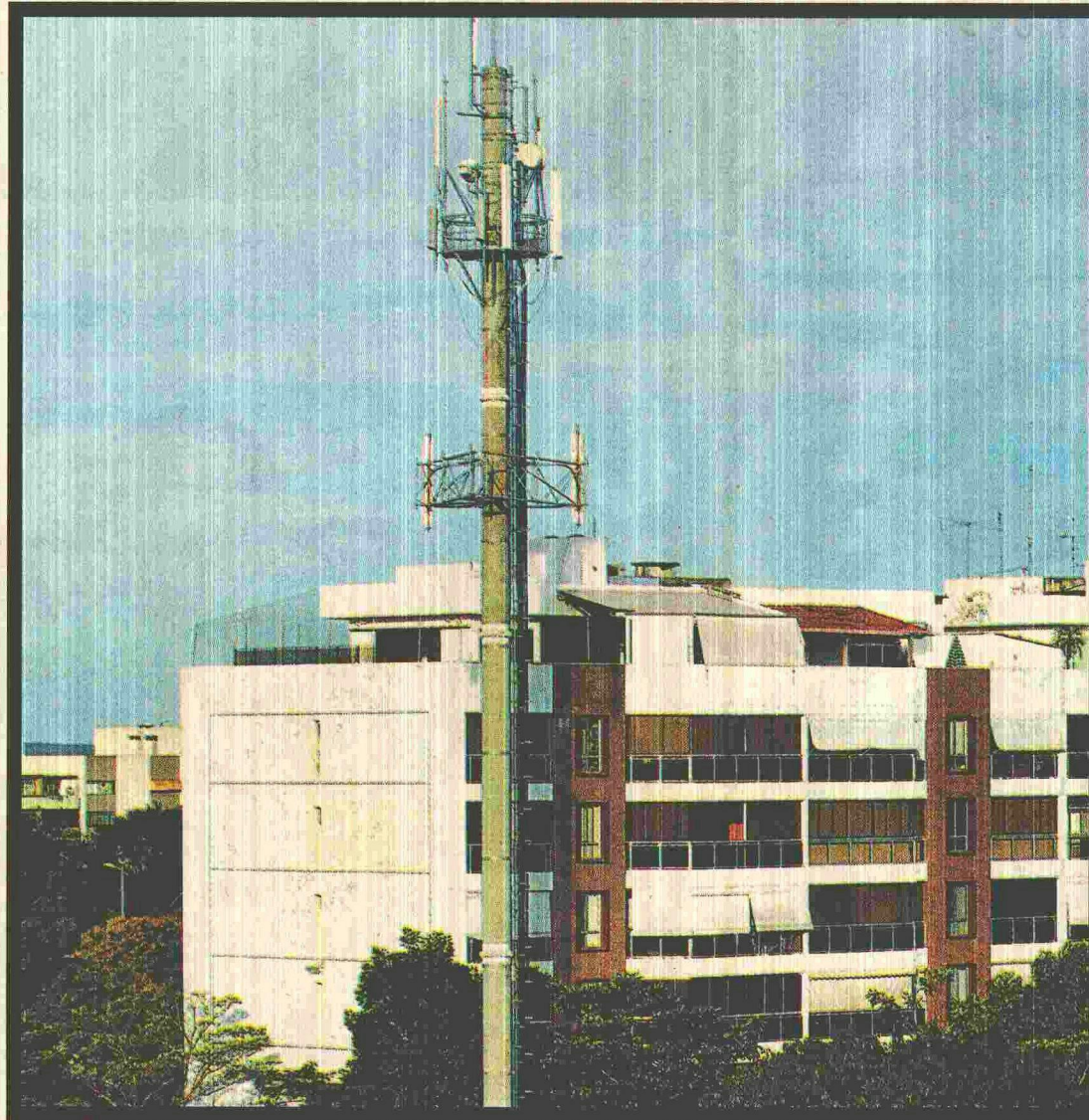
DA EQUIPE DO CORREIO

A montagem de torres de celular no Distrito Federal terá novas regras. O governo local pretende regulamentar o assunto por meio de um projeto de lei. Os técnicos estudam meios de conter e ordenar a colocação das antenas no DF. A preocupação maior é com o Plano Piloto. Tombada como patrimônio da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco), a região concentra a maioria das 938 antenas existentes no DF. Uma interferência na paisagem que perturba os defensores da cidade tombada.

Há pouco mais de 15 dias, os técnicos do governo receberam da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) uma lista completa de quantas são e onde estão as antenas e as torres de celular. O trabalho agora é apurar o grau de compartilhamento entre as operadoras. Entre as medidas estudadas pelo governo, está a necessidade de autorização também do GDF para a colocação do equipamento (veja no quadro ao lado). A Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel) destaca que é preciso cautela. Para o presidente executivo da entidade, Ercio Zilli, é fundamental chegar a um termo. "É pior ficar sem o celular do que conviver com corpos estranhos à paisagem", ressaltou.

Há mais de três anos, o promotor Paulo José Aguiar, da 4ª Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb), tenta impedir a proliferação desordenada das torres. Em fevereiro de 2004,

Daniel Ferreira/CB - 25/6/07



TORRE NA 116 NORTE: O PLANO PILOTO CONCENTRA A MAIORIA DAS 938 ANTENAS INSTALADAS NO DF

ele fez acordo com as empresas para evitar a expansão da rede. Em 2005, o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do DF determinou a remoção das torres que desrespeitavam a lei distrital. A Acel entrou na Justiça para anular

a legislação local. Conseguiu liminar e nenhuma torre foi retirada até hoje. "Vimos que o melhor caminho é o do consenso. Eles precisam entender que as questões urbanísticas das cidades precisam ser respeitadas", ava-

liou o promotor. Especialistas do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (Iphan) sugerem a substituição das torres por antenas menores, que são instaladas sobre os prédios e causam menos impacto visual.

Doenças

A polêmica sobre o assunto não se restringe apenas à quantidade e locais dos equipamentos. Existe um medo generalizado de que a radiação possa provocar doenças. "Já ouvi dizer que isso dá câncer. Eu não gostaria de morar perto de um negócio desses", disse a diarista Maria Lúcia dos Santos, 43 anos, moradora de Taguatinga Norte.

Os reflexos da radiação para a saúde humana foram um dos temas do seminário promovido ontem à tarde pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma). O médico Renato Sabbatini, professor da faculdade de Medicina da Universidade de Campinas, disse que a população pode ficar tranquila. Segundo ele, a Organização Mundial de Saúde analisou mais de 2 mil trabalhos nos últimos 20 anos e não encontrou relação entre doenças e a radiação das torres e aparelhos celulares. "A radiação que vaza naturalmente dos fornos microondas ou dos aparelhos de rádio é muito mais forte", explicou.

O compartilhamento das torres é um caminho difícil de ser trilhado. Isso porque nem sempre a proprietária do equipamento quer abrir espaço para o concorrente se instalar no mesmo lugar. A Anatel até recomenda que as empresas busquem esse caminho. No entanto, o gerente de engenharia da agência, Marcos Oliveira, reconhece que, a curto prazo, é difícil mudar o cenário atual. "Isso é acima de tudo uma questão econômica. Qualquer mudança abrupta pode afetar a rede toda e isso significa problema na cobertura de telefonia", afirmou.

EM ESTUDO

- ✔ Licenciamento pelo governo local para a construção de torres de celular. Atualmente isso é feito apenas pela Anatel;
- ✔ Incentivo ao compartilhamento de torres pelas empresas de telefonia celular. Segundo os técnicos do governo, isso reduziria a necessidade de construção de novos equipamentos;
- ✔ Cobrança de taxa de uso e ocupação do solo das operadoras quando o equipamento estiver em área pública.

Em discussão

- ✔ É preciso estipular a distância entre uma torre e outra ou entre elas e as unidades residenciais? A atual lei prevê o afastamento mínimo de 50 m.
- ✔ As torres podem ser erguidas dentro de escolas?
- ✔ É preciso fazer consulta pública aos moradores antes da construção de cada torre?
- ✔ Quem fiscalizará se as construções das torres são seguras?
- ✔ Qual órgão do governo licenciará a instalação das torres em áreas públicas e particulares?